

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Luiz Silveira / STF



Ministro do STF vai decidir sobre prisão domiciliar

Pistola de Bolsonaro vira arma de Alexandre de Moraes

Na bet informal de Brasília, a apreensão de uma pistola de Jair Bolsonaro com o sargento Estácio Leite Silva Filho, lotado no Gabinete de Segurança Institucional aumentou em muito a chance de o ministro Alexandre de Moraes não manter a prisão domiciliar do ex-presidente. Em tese, Bolsonaro não estaria proibido de manter a arma, registrada em seu nome, em sua casa. E, ao conceder a domiciliar, o ministro do Supremo Tribunal Federal não estabeleceu essa restrição.

Mas, em seu despacho sobre a apreensão da pistola, Moraes questiona a defesa de Bolsonaro sobre a razão de ele mandar consertar a arma às vésperas do encerramento dos 90 dias de prisão domiciliar humanitária.

Carregador reserva

O relator do processo que gerou a condenação de golpistas também determinou a apresentação de esclarecimentos sobre o porquê de o ex-presidente manter uma arma de fogo em casa, com carregador sobressalente. O prazo da prisão domiciliar se esgota na próxima semana; o benefício temporário foi concedido para que Bolsonaro tivesse “integral recuperação da broncopneumonia” o que já ocorreu.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Ex-presidente com sargento que transportava sua arma

Tornozeleira violada

Outro problema para o ex-presidente: ao permitir que o ex-presidente cumprisse parte da pena em casa, Moraes citou que ele, antes da condenação definitiva, descumpriu medidas cautelares de maneira reiterada e regular. Ressaltou também que Bolsonaro, no entender da Primeira Turma do STF, tentara fugir ao violar, de maneira “dolosa e ostensiva” a tornozeleira eletrônica quando estava preso preventivamente em casa. Isso, de acordo com os ministros, representou, na época, “fator impeditivo” para a concessão da prisão domiciliar.

Requisitos

Na decisão de março, Moraes afirmou que, passados os 90 dias, a prisão domiciliar humanitária seria reanalisada e seria verificada “a presença dos requisitos necessários” à sua manutenção. Isso poderia incluir perícia médica. Ou seja, a provável volta de Bolsonaro para a Papudinha seria consequência de seu bom estado de saúde; mas a apreensão da arma reforçaria a decisão.

Eletroposto

A Prefeitura do Rio reitera que a licença concedida para a ocupação de área no Aterro do Flamengo previa apenas a instalação de “eletroposto com três pontos duplos de recarga de veículos”. A placa da obra, porém, falava em “construção de prédio comercial — exposição”. O trabalho foi embargado pelo Iphan.

Vale tudo

Como mostrado ontem pela coluna, o edital para a concessão da área foi alterado pela prefeitura no mês seguinte à sua publicação. A nova redação incluiu a possibilidade de, no local, haver “qualquer atividade permitida pela legislação vigente”, além de posto de combustível e de reabastecimento.

Sem respostas

Apesar da insistência do Correio Bastidores, a prefeitura não entregou o detalhamento do projeto, o que inclui croqui citado, em 2023, no Diário Oficial. O Tribunal de Contas do Município também não respondeu aos questionamentos feitos pela coluna sobre um processo que trata da licitação.

Área pública

Professora de direito urbano e ambiental e ex-diretora do Iphan, Sonia Rabello afirma que a área, localizada em um logradouro público — um canteiro entre pistas — não poderia ser concedida. Antes, frisa, havia apenas uma permissão, instrumento precário e provisório, para que um posto de combustíveis funcionasse no local.

De primeira

A pesquisa MDA/CNT aponta para a possibilidade de vitória de Lula (PT) no primeiro turno da eleição presidencial — para isso, ele precisa ter mais votos que soma dos concorrentes. Pelo levantamento, ele tem 41,8%; os adversários, juntos, 43% (neste percentual está o 1,9% atribuído a Michel Temer, que não vai concorrer).

Contradição

O favoritismo do único candidato de esquerda citado na pesquisa contrasta com outro dado da pesquisa: entre os entrevistados, 34,8% se disseram de direita ou de centro-direita; contra 25,1% dos que se colocaram do lado oposto. A informação reforça que a definição ideológica é importante, mas não tão decisiva.



Morto na prisão, Sicário volta a ameaçar os Vorcaro

Após morte de Sicário, arquivos viram ameaça

Relatório da PF mostra promessa de expor dados do iCloud

Por Beatriz Matos

A retirada do sigilo de novos documentos do caso Master abriu mais uma frente de pressão sobre a família Vorcaro. Relatório da Polícia Federal (PF) anexado à investigação aponta que Joana Mourão, irmã de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, conhecido como “Sicário”, ameaçou expor arquivos que teriam sido encontrados no iCloud do irmão após a morte dele.

Segundo a PF, Joana afirmou ter material suficiente para “acabar com a família inteira”.

Em outra mensagem, também mencionada pelos investigadores, ela disse que poderia atingir a “delação do filho, do cunhado e ainda colocar Henrique Vorcaro, pai de Daniel Vorcaro, atrás das grades. Atualmente, tanto o primo quanto o pai de Vorcaro já estão presos.

Luiz Phillipi Mourão, o “Sicário”, aparece nas investigações como personagem próximo a operadores ligados ao caso. Ele foi preso em março, durante a Operação Compliance Zero, e morreu no mesmo dia, dentro da Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais. Segundo o laudo oficial, cometeu suicídio.

Após a morte, a irmã passou a cobrar pessoas ligadas ao grupo e relatou dificuldades financeiras, incluindo contas em atraso e risco de perder a casa.

O relatório registra que Joana

teria passado a noite acessando o iCloud do irmão e encontrado “coisa demais”, segundo mensagem atribuída a um familiar. A partir daí, ela passou a pressionar interlocutores ligados aos Vorcaro. Em uma das conversas, reclamou que Henrique Vorcaro não se manifestava financeiramente e disse ter documentos comprometedores.

Prisões

A divulgação dos novos documentos ocorre no mesmo dia em que a Segunda Turma do STF manteve, por maioria, as prisões de Henrique Vorcaro, pai de Daniel, e de Felipe Cançado Vorcaro, o primo. As medidas haviam sido determinadas pelo ministro André Mendonça, relator do caso.

Votaram com Mendonça os ministros Luiz Fux e Kassio Nunes Marques. Gilmar Mendes ficou vencido. No caso de Henrique, ele defendeu a substituição da prisão por domiciliar, com tornozeleira eletrônica e restrição de contato com outros investigados. Dias Toffoli não participou do julgamento.

Durante a análise, Mendonça afirmou que o caso tem dimensão excepcional e classificou a investigação como “a maior fraude financeira da história” do país.

O relator também disse que o esquema teria “contornos de máfia” e infiltração no sistema policial.